



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares
Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

ATA DE REUNIÃO Nº 10

Pauta: Interfaces com o Sistema de Justiça

Participantes do Poder Público: Giovanna Carlos (SMDHC/Egressos), Rafaella Correia (SMDHC/Egressos), Jennifer Mirian (SMDHC/Egressos), Mary Jello (SMDHC/Egressos), Isabela Pereira (CRPIR), Eduarda Cunha (CRPIR), Priscila Livia (CRPIR), Carolina Araujo (CRPIR), Alan Pessoa (SGM/SEPE), Ana Beatriz Frontini (Ministério Público), Daniel Afonso (Conselho Penitenciário), Carolina Salado (SGM/SEPE/Programa Redenção), Thiago Farias (CRPIR), Arlete Silva (SEHAB), Yara Toscano (SAP/CRSC), Leandro Lanzellotti (Conselho Penitenciário);

Participantes da Sociedade Civil: Rosangela Teixeira (NEV/USP), Mirian Sima;

Participantes de Organização Social: Regina Becker (Frente Estadual pelo Desencarceramento), Walter Santos (1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere), Juliane Arcanjo (ITTC), Carolina Dutra (ITTC), Fabio Pereira (AMPARAR), Samira Matos (CNR/Bompar), Joel Novaes (Instituto Recomeçar), Patrícia Rodrigues (Projeto Nova Rota), Kaio Nunes (Instituto Ação pela Paz), Luciene Neves (ONG Pacto Social e Carcerário), Hellen Baum (Memórias Carandiru), Vera Lúcia Vieira (Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo), Batia Jello (Coletivo Por Nós).

Às 14:30 do dia 14 de junho de 2024, no auditório da SMDHC, na Rua Líbero Badaró, 119, reuniram-se os senhores e senhoras indicados acima para discutir a pauta do dia. A Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC/Egressos) coordenou a reunião, sendo secretariada pelas senhoras **Jennifer Miriam** (SMDHC/Egressos) e **Rafaella Correia** (SMDHC/Egressos).

A Sra. Giovanna pediu desculpas pelo atraso (gerado por questões técnicas) e informou que aquela era a 10ª reunião do GT, o que significava que o espaço do GT estava terminando. Mesmo assim, destacou a importância (e a vontade) da equipe de Atenção à População Egressa e Familiares em manter contato com todos/as/es participantes para continuar a participação social na construção da política.

A assessora também apresentou o tema e destacou a importância de se estabelecer um contato com o sistema de justiça, absolutamente primordial no pré execução da pena, na execução e no pós pena. Desta forma, agradeceu a presença dos convidados presentes e colocou o desafio de uma reunião realizada de maneira híbrida.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

Em seguida, Giovanna explicou o funcionamento da reunião para àqueles que estavam participando pela primeira vez: a leitura das propostas recebidas dizia sobre os temas já discutidos anteriormente, após apresentação do órgão em questão. Havia um texto sugerido/recebido por algum canal da equipe, um texto sugerido pela coordenação e o momento da aprovação - ou não - do texto “formalizado”. Daquela forma, as propostas sobre o tema de políticas estaduais seriam discutidas a partir da reunião passada, que contou com a presença da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, uma representante da CAEF e um representante da FUNAP.

Giovanna pontuou que muitas das propostas construídas ao longo do ano contavam com a participação direta ou indireta de algum órgão da SAP, o que demonstra, de certa forma, como entender o momento do cárcere é importante para o pós, ou seja, para o egresso. Assim, embora a reunião passada não tivesse contado com tantas propostas diretas, é possível dizer que ao longo do ano foram submetidas diversas propostas para a esfera estadual.

Diante de algumas reclamações sobre o funcionamento ou não de alguns serviços públicos, ao longo de sua fala, Giovanna também pontuou a importância do GT como um espaço de mobilização política, gerando demanda, pressão e articulação, fazendo com que as coisas acontecessem e continuassem a acontecer. Para tanto, seria importante contar com o GT não apenas como um local de reclamação ou de monitoramento de algum serviço específico, o que poderia acabar por desmobilizar um espaço potente.

Indo para a discussão das propostas, a primeira proposta colocou o seguinte texto: “A SMDHC, recomendará a realização de formações e sensibilizações de profissionais da rede Estadual de serviços, principalmente para os servidores de serviços que atuam diretamente com pessoas egressas e familiares, como a CAEF, CPMA, etc”. A proposta foi debatida e aprovada com a seguinte observação: “Especificar as formações que serão construídas com esses servidores, considerando a tipificação de cada serviço” e “levar em consideração uma campanha com a CAEF para que as pessoas em saída temporária conheçam o serviço e a sua atuação” e “compartilhamento de informações e experiências de cada serviço”.

Giovanna refletiu sobre a centralidade das palavras-chave como “o município vai concretizar”, “vai realizar” e o município “recomendará”. Para a assessora, colocar o que o município vai concretizar é mais difícil (do ponto de vista de aplicabilidade) e restritivo do que “recomendar”. Ela destacou que “recomendar” não exige o município ou a secretaria de fazer, mas o coloca no campo da mobilização para que aconteça.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

A Sra. **Yara Toscano** (SAP/CRSC) perguntou se essa sensibilização profissional já tem tema e foco. A senhora Giovanna respondeu que a ideia é adicionar política de assistência, saúde, divulgar a rede, os serviços e direitos. Yara sugeriu incluir mais informações, como serviços específicos de saúde e outros pertinentes ao tema. Giovanna adicionou que essa formação deve se alinhar ao que o serviço oferece e ao perfil do profissional. Utilizou o exemplo da formação com o Centro de Referência da Igualdade Racial, que abordou a questões históricas do Brasil, o país que mais encarcera pessoas pobres e pretas, partindo desse contexto histórico para abordar temas e demandas que atendam essa população. Para um equipamento voltado à população LGBT, um plano de formação específico será desenvolvido, variando, de serviço para serviço. Yara também sugeriu que os temas como habitação sejam incluídos na rota de formações.

A Sra. **Hellen Baum** (Memórias Carandiru) também sugeriu uma formação em direitos humanos e mencionou que a campanha da CAEF (sobre a Jornada) não alcançou as meninas da saída temporária porque não foi divulgado anteriormente. Assim, sugeriu que as informações fossem distribuídas dentro do semiaberto, principalmente quando saem em liberdade, caso de progressão ou LC. A Sra. **Mary Jello** (Coletivo Por Nós) concordou com a fala da Hellen, adicionando que quando vivenciou o cárcere, também não teve acesso a esses conteúdos importantes. Ela fez o adendo de que é relevante que essas informações sejam passadas pelo menos no momento da saída definitiva, já que, no momento da temporária, devido a emoção, é difícil transmitir qualquer orientação do tipo.

O Sr. **Leandro Lanzellotti** (Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo) sugeriu um maior direcionamento da proposta, adicionando também relatos e experiências para exemplificar, como uma estratégia pedagógica. Leandro também parabenizou o município de São Paulo por levantar a pauta de egressos e familiares por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Em seguida, a Sra. **Vera Lúcia Vieira** (Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo) pediu a fala para apresentar as visitas que são feitas às unidades prisionais uma vez por mês e que, durante essas visitas, são feitos relatórios para identificar os problemas e encaminhar sugestões, das quais nem sempre há um retorno. Também compartilhou que é feito um levantamento de processos e demandas nas unidades, sugerindo, assim, uma função jurídica para o conselho a fim de dar celeridade aos processos que precisam chegar até as defensorias.

A Sra. Giovanna mencionou que este será um dos temas debatidos na segunda parte da reunião. Retomando às propostas, foi lida a seguinte: “A SMDHC, em articulação com a



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

SAP, e em conjunto com as outras pastas da Prefeitura de São Paulo, realizará apresentações de educação em direitos humanos e sobre os serviços da rede pública, além de distribuir materiais informativos para pessoas pré-egressas (em unidades da capital) e para os servidores de unidades prisionais”. A assessora disse que embora o texto seja parecido com o da anterior, a ideia foi colocar em textos separados para que, ao “barrarem” uma, as outras não sejam levadas em bonde. Todos estavam de acordo com a aprovação da proposta.

A terceira foi: “A SMDHC recomendará que seja considerado a possibilidade de flexibilizar regras dos serviços, levando em consideração necessidades específicas de pessoas egressas e/ou em cumprimento de pena, sobretudo nos casos em que a situação de rua possa prejudicar pessoas em cumprimento de medida judicial”. A mesma proposta aparece no campo das propostas de assistência social e foi reformulada. Giovanna aproveitou para lembrar que todas as pessoas têm acesso ao *drive* público do GT onde constam todas as propostas discutidas até então.

A Sra. Vera Lúcia perguntou se poderia incluir municípios de outros estados que estão cumprindo pena no Município de São Paulo, Giovanna respondeu que esta tem sido uma discussão interna na Prefeitura e que a ideia é dar uma atenção para aquelas pessoas que correm risco de ficarem em situação de rua, e lembrou que a atenção à volta ao território é, principalmente, uma atribuição estadual.

A Sra. Vera Lúcia também perguntou se existe uma proposta para as pessoas que saem sem seus documentos. Giovanna respondeu que foi discutido e tem proposta para esta situação, mas no campo da recomendação e do monitoramento, uma vez que o município não tem força de cobrança para com o poder estadual.

A Sra. Yara sugeriu uma mudança no texto para clarificar o que significa flexibilizar as regras dos serviços, indicando quem tem a responsabilidade por essa flexibilização, se é o Executivo ou o Judiciário. Ela deu o exemplo de que uma flexibilização para evitar que a pessoa fique em situação de rua deve vir do Judiciário. A Sra. Giovanna explicou que, no caso, trata-se de uma flexibilização dos serviços da SMADS, não excluindo a possibilidade de vir do Judiciário. Ela ressaltou que a proposta é voltada para o serviço do município, mas pode ser redigida com as alterações sugeridas e apresentada na próxima reunião.

Tanto a quarta, quanto a quinta proposta veio do formulário virtual. Uma sugeriu a criação de sistemas para monitorar e avaliar a eficácia das políticas voltadas ao público-alvo e a outra caminha no sentido de realizar formações para profissionais das redes públicas e



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

privadas. A primeira está prevista em Lei, portanto, não será incluída no relatório; a segunda já está contemplada em outros textos aprovados.

Em seguida, a Sra. **Rafaella Correia** (SMDHC/Egressos) se apresentou dizendo ser um imenso prazer estar com todos e conhecê-los. Ela mencionou que está se formando em serviço social e que trabalhou como estagiária na Ouvidoria da SMDHC por dois anos. Após isso, foi efetivada como Assistente Social da Ouvidoria de Direitos Humanos e, posteriormente, foi convidada a compor a equipe de Egressos. Rafaella explicou que sua proximidade com egressos e familiares começou na faculdade, onde participou do Núcleo de Serviço Social, que funcionava como NPJ, e onde pôde constatar que poucas pessoas acessavam serviços como CAEF, NESC e CAM da Defensoria. Agradeceu mais uma vez pela oportunidade e se demonstrou feliz em estar no espaço.

Antes do intervalo, Giovanna perguntou se havia algum informe a ser divulgado. A Sra. Hellen convidou todos a participarem do Núcleo de Memórias no Parque da Juventude, às 14 horas, com mais informações disponíveis no *Instagram* @memoriascarandiru. O Sr. Leandro Lanzellotti informou que nos dias 11 e 12 de julho será realizado o Congresso de Execução Penal, em comemoração aos 40 anos da Lei de Execução Penal. O evento discutirá avanços e retrocessos da lei e todos estão convidados, com ingressos disponíveis pelo *Sympla* e no site da OAB, na seção de eventos. A Sra. **Rosângela Teixeira** (NEV - USP) convidou todos para uma palestra no dia 20, às 14 horas, no Núcleo da USP, ministrada por mulheres sobreviventes do cárcere, incluindo Batia e Camila Felizardo, do movimento "Por Nós", e Andrea, do movimento "Mães do Cárcere". Informou que é necessário se inscrever devido ao espaço físico limitado, mas a palestra será transmitida online, com o folder disponível no grupo do GT.

O Sr. **Rodrigo Sérvulo**, Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo, que participava online, informou que estava tendo dificuldades para ouvir. A Sra. Giovanna explicou que foram identificados alguns problemas técnicos por parte da SMDHC e pediu desculpas aos participantes online. Os problemas foram resolvidos ao longo do intervalo.

Após o intervalo, seguindo as falas dos convidados, o Sr. Dr. Leandro Lanzellotti se apresentou e agradeceu a presença de todos, informou que está representando o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, onde foi eleito presidente por dois anos. Ele informou que o conselho retomou as atividades em 22 de abril de 2024 e que está em fase de reestruturação com novos conselheiros. O objetivo é unir esforços com o trabalho realizado anteriormente, principalmente na construção de políticas públicas para o sistema



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

penitenciário. Leandro destacou que o cenário atual é de criação de conselhos da comunidade em todo o Estado de São Paulo, um trabalho já iniciado. Ele também participa, até o final do ano, da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB de São Paulo. Também falou que através do programa CNA foi iniciado um grupo de trabalho de estímulo aos conselhos da comunidade por meio das subseções da OAB de São Paulo, sendo estas 286 unidades, com 250 conselhos implantados.

Ele citou o exemplo do Estado do Paraná, onde há uma federação de conselhos da comunidade com membros de organizações da sociedade civil que participam ativamente no processo de cumprimento de penas, enfatizando a importância da participação da sociedade civil nesses conselhos. Leandro também mencionou que a Lei de Execução Penal destaca a importância dos atores da execução penal como a vara de execução, juiz, ministério público, patronato, conselho nacional e o conselho da comunidade. O Art. 80 da lei indica a composição desses conselhos. Ressaltou ainda, que o CNJ, em 2023, aprovou uma resolução que inclui representantes da sociedade civil nos conselhos da comunidade, sugerindo que integrantes do poder executivo e legislativo do município também façam parte desses conselhos. Ele enfatizou a importância de reuniões para dar continuidade aos Conselhos da Comunidade na Comarca de São Paulo e mencionou a existência de um manual e cartilha do CNJ para facilitar essa organização.

Em seguida, Leandro destacou a obrigação do Sistema Penitenciário de colaborar com os conselhos da comunidade, que podem atuar como um braço do conselho penitenciário na comarca, facilitando diálogos, articulações e providências necessárias. Leandro citou os conselhos da comunidade de Taubaté e Limeira como exemplos de boas práticas e mencionou reuniões com outras comarcas, como Avaré, Bragança Paulista e São José dos Campos.

Por fim, Leandro falou sobre a articulação direta com o Tribunal de Justiça e a determinação do CNJ para que os tribunais e juízes de execução penal promovam a criação de conselhos em suas comarcas. Ele pontuou que São Paulo precisa ser exemplo, pois a maioria das penitenciárias são Centros de Detenção Provisória e a cidade possui uma grande população carcerária. Mencionou a Dra. Vera Lúcia, que acredita na eficácia de um conselho em São Paulo, elogiou o trabalho realizado pelo movimento "Por Nós" nas saídas temporárias, defendendo que a ação de coletivos como estes precisam virar políticas públicas. Finalmente, enfatizou a urgência de um conselho em São Paulo para facilitar encaminhamentos e se colocou à disposição.

A Sra. Giovanna agradeceu ao Dr. Leandro e reforçou a importância da expansão dos resultados do GT para outros locais, a fim de garantir a participação da sociedade civil no



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares**

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

processo de construção de políticas para egressos e pré-egressos. Em seguida, passou a palavra à Dra. Vera Lúcia, uma vez que a conexão e problemas técnicos na SMDHC impediram que o Dr. Rodrigo falasse pelo Conselho.

A Dra. Vera Lúcia se apresentou, mencionando sua atuação na PUC e no Observatório Data Base, que coleta informações sobre violências policiais e encaminha para as devidas providências, organizando-as por territórios. Ela citou um artigo que especifica como o Conselho da Comunidade deve ser integrado, incluindo um representante da Associação Comercial de Indústria, um advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, um defensor público indicado pelo Defensor Público Geral e um assistente social. No parágrafo 1º, ela mencionou que o Conselho da Comunidade pode ser integrado por entidades religiosas, educacionais, associações, clubes de serviços, sindicatos, movimentos sociais, entidades de defesa dos direitos humanos, entidades de assistência social, familiares de pessoas privadas de liberdade, egressos e outras pessoas da comunidade interessadas.

Vera Lúcia afirmou que o conselho é aberto e que tem enviado ofícios para a OAB, além de estar em contato com o Dr. Leandro, ressaltando a necessidade de reativar o conselho. Ela comentou que, após muito tempo, conseguiu uma sede e tem realizado um trabalho duplicado, visitando Avaré e Taubaté para conversar com outros conselheiros e visitando a maior parte das cadeias para fazer um diagnóstico geral do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. O conselho tem apresentado sugestões e propostas e acolhido denúncias de órgãos internacionais sobre as condições bárbaras enfrentadas no sistema prisional.

Vera Lúcia enfatizou a importância de formar aqueles que lidam com o sistema prisional como seres humanos, considerando a legalidade do ponto de vista dos apenados. Ela mencionou que foi necessário intervir junto ao defensor Junqueira devido ao grande número de pessoas que não conseguem acessar a Defensoria Pública e os problemas de não atendimento, destacando a necessidade de discutir esses pontos. Ela defendeu que, para vincular o sistema penitenciário ao Conselho da Comunidade, é preciso autonomia para manter a pluralidade.

A Sra. Giovanna leu uma declaração do Dr. Rodrigo, afirmando que o conselho está em fase de reformulação e que é necessário unir esforços para reconstruí-lo. Giovanna questionou como e onde o município pode colaborar para atender as demandas da população, especialmente dos egressos. A Sra. Vera Lúcia respondeu que a primeira ação é formar uma rede técnica e se coloca à disposição para essa articulação. Ela mencionou sua experiência no complexo da Maré e no observatório, destacando a construção de uma rede



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

contra o terrorismo de Estado. Cada oficina realizada forma um núcleo onde são trocadas informações e ideias, contribuindo para a incorporação dessas propostas.

A Sra. Hellen Baum diz estar à disposição para contribuir com o conselho e sugeriu ao Dr. Leandro que os egressos enfrentam grandes dificuldades devido à precariedade da Lei de Execução Penal no Art. 202. Ela sugeriu que ele levasse essa questão para a palestra que será realizada. Hellen ressaltou que já existem duas leis que garantem o direito ao esquecimento, mas a vida dos egressos ainda é muito difícil, pois muitos não têm acesso a ONGs e advogados voluntários. Ela também pontuou que milhares de egressos em situação de rua são incriminados por terem antecedentes criminais e fez um apelo para que a OAB ajude nessa questão.

O Sr. **Fabio Pereira** (Amparar) discordou da fala do Dr. Leandro sobre as saídas temporárias, afirmando que isso não tem relação com políticas públicas. Ele explicou que essa questão é discutida há anos sem receber ajuda e que a mobilização para que as pessoas voltem para suas casas é feita por meio de 'vaquinhas', sem responsabilidade do Estado. Fabio ressaltou a necessidade de dialogar com a SMADS para obter recursos e que a construção de um conselho a partir do GT é uma nova proposta para políticas públicas. Ele enfatizou que as saídas temporárias devem ser vistas como uma mobilização social, respeitada e executada por mulheres envolvidas na causa.

A Sra. **Tempestade** (Frente Estadual pelo Desencarceramento) comentou que já trabalha com saídas temporárias há 8 anos e considera um absurdo que presídios de regime semiaberto não tenham assistentes sociais para fazer exames criminológicos, denunciando que existem pessoas esperando por esse atendimento há 4 meses.

Por conta do tempo, a palavra logo foi passada para a Sra. **Maria Helena** (da Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná) que estava participando online. Maria se apresentou como presidenta da FECCOMPAR, a união dos Conselhos da Comunidade do Paraná. Ela se colocou à disposição para perguntas e informou que existem 162 conselhos de comunidade no estado paranaense, todos constituídos como associações civis sem fins lucrativos e legalmente reconhecidos como órgãos de execução penal. Ela explicou que esses conselhos têm suas funções definidas pela Lei de Execução Penal (LEP) e pela Resolução 488 do CNJ, editada em 2023, que acabou por ampliar suas atribuições. Destacou que todos os conselhos do Paraná mantêm uma relação alinhada com a FECCOMPAR e são cadastrados na Federação, que articula com órgãos estaduais e federais, como o Tribunal de Justiça do Paraná, DEPEN, e a Pastoral Carcerária. Ela mencionou que participa de vários grupos de trabalho em seu estado, discutindo questões do sistema prisional, a ADPF 347, direitos da



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

população LGBTQIA+, indígenas, e a luta antimanicomial. Também participa de comitês estaduais do CNJ e relatou avanços significativos no estado graças a construção de rede com a sociedade civil.

A FECCOMPAR repassou informações resumidas aos seus membros através de grupos no WhatsApp, e-mail, e outros meios. Além das visitas às unidades prisionais, há projetos permanentes com egressos e alternativas penais, e alguns conselhos trabalham com vítimas de violência. Os Conselhos do Paraná recebem recursos das penas pecuniárias, que são destinados ao desenvolvimento de melhorias de trabalho e projetos. Esses recursos são captados através do sistema informatizado PRÓ AJUDE e depositados em uma conta única para cada comarca. Maria Helena ressaltou a intenção de acessar recursos através dos Fundos Municipais, que serão implantados para alinhar vários órgãos. A Sra. Giovanna comentou que o caso do Paraná é muito importante para a pauta, pois demonstra a construção com a participação social em relação às unidades prisionais e a atuação no monitoramento do que acontece dentro das unidades. Giovanna sugeriu uma reunião para discutir a presença e os Conselhos da Comunidade em São Paulo.

Em seguida, o Sr. **Felipe Athayde** se apresentou e compartilhou um pouco de sua trajetória. Ele mencionou a Resolução 307 do Conselho Nacional de Justiça de 2019 e destacou que em 2023 o presidente Lula instituiu um decreto para a Política para Pessoas Egressas e Familiares. Felipe enfatizou o engajamento por trás da publicação de livros sobre políticas penais, ressaltando a importância de a sociedade civil compreender os serviços penais e colaborar na formulação de políticas públicas. Ele também destacou a necessidade de atendimento prévio e posterior, além do acompanhamento e encaminhamento dessas pessoas.

Felipe propôs a implantação de centrais de monitoramento para evitar reincidências, apontando as dificuldades de uma restrição de 300 metros na vida das pessoas, especialmente relacionadas às tornozeleiras. Ele argumentou que os serviços de atenção às pessoas egressas não devem se limitar ao cumprimento de medidas, mas sim criar vínculos e mecanismos de suporte. Colocou a importância de o Judiciário respeitar os egressos e criticou a CAEF por possuir um controle rigoroso ligado à lógica de custódia e controle da Secretaria na qual faz parte.

Felipe destacou o papel crucial das equipes das varas de execução penal conforme a resolução do CNJ, especialmente na progressão e na comunicação. Ele falou sobre a necessidade de uma política de redução de pena em colaboração com a sociedade civil e a importância da fiscalização conjunta entre judiciário e comunidade. Mencionou também a



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

interface com a polícia penal e a possibilidade de articulação através de políticas municipais para pessoas egressas.

Ao citar São Paulo, Felipe reconheceu a resistência encontrada, mas que a urgência de um atendimento a esse público - considerando suas características e atravessamentos – era maior, destacando o aumento crescente de egressos em situação de rua. Ele mencionou conjuntos de resoluções do CNJ para pessoas LGBTQI+ e população em situação de rua, enfatizando a importância de integrar essas políticas ao nível municipal.

A Sra. Giovanna agradeceu a participação do Felipe e sugeriu que as propostas das resoluções do Conselho da Comunidade sejam encaminhadas ao município através de relatórios, evitando que se percam, seja pelo CNJ ou pela sociedade civil. Ela propôs a inclusão das recomendações discutidas nos grupos de trabalho para enriquecer essas iniciativas.

Em seguida, a Sra. Dra. **Ana Beatriz Frontini** (Ministério Público) se apresentou e resumiu a atuação do Ministério Público com: o papel de monitorar se a lei está sendo aplicada corretamente, além de promover a inclusão social, sendo o egresso uma peça importante nesse contexto. Observou que a população carcerária está cada vez mais jovem e todos trazem demandas específicas. Mencionou a existência de cursos online para pessoas próximas de sair e a necessidade de articular isso com os Conselhos da Comunidade. Lembrou que quando ingressou no MP, em 1997, mal havia conselhos tutelares, mas após 4 meses, inspirou-se em um modelo de outro estado que funcionava bem, enfatizando que o importante é que funcione e seja colocado em prática. Destaca a importância de trazer ações concretas e, como defensora da inclusão, afirma que em julho trará algo para o próximo GT, auxiliando na política para pessoas presas.

A Sra. Giovanna comentou que um dos desafios é mobilizar os juízes. A Sra. Ana Beatriz ressaltou que há um "conselhão" [CNJ] e que o juiz é instigado a seguir. Destacou que a função é preparar o egresso antes da saída, enfatizando que esquematizar e articular é essencial.

A Sra. Giovanna abriu as inscrições para fala. A primeira a falar foi a Sra. Yara Toscano (SAP) que se apresentou, destacando que as CAEFs se empenham no cumprimento das condicionalidades e na prestação de assistência integral. Ela mencionou que estão colaborando com a SENAPPEN na implementação de escritórios sociais, e ressaltou a existência de uma escola de administração penitenciária onde os currículos são extensos, sendo necessário completar o curso para efetivar o trabalho. A Sra. Tempestade trouxe à tona novamente a questão da demora nos exames criminológicos, com pessoas esperando de 4 a 5 meses para realizá-los. Ela relatou o caso de um amigo que, mesmo após um curso, não



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

conseguiu emprego devido aos antecedentes criminais. Expressou cansaço ao ver a mesma situação repetida e criticou o Ministério Público por não ouvir, dizendo que a luta tem sido difícil.

A Sra. **Batia Jello** (Por Nós) se apresentou e compartilhou sua trajetória de vida, marcada pelo cárcere. Ela comentou sobre a ironia de se falar em fazer perguntas aos presos quando, dentro do sistema, eles são considerados como “nada”. Destacou os impactos psicológicos e o abandono intensificados pela pandemia, argumentando que a reeducação não acontece como deveria. Criticou a ideia de meritocracia que rotula pré-egressos e egressos como “vagabundos” [SIC], defendendo o abolicionismo penal e destacando que a maioria dos encarcerados são negros e pobres, enfatizando que a prisão é um ato político. Apontou que as “saidinhas” não constituem políticas públicas e mencionou dificuldades enfrentadas no Butantã [CPP] durante a pandemia de 2021, o que a fez concluir estacou que as mulheres saem destruídas do sistema prisional, ressaltando que o sistema está degradado desde 2006. Argumentou que é essencial discutir a questão racial, pois sem reparação histórica, nada mudará.

A Sra. Ana Beatriz comentou que aproveitou as oportunidades oferecidas pelo Estado desde os 13 anos e começou a trabalhar cedo. A Sr.^a Batia Jello reforçou que pessoas negras e pobres, pré-egressos e egressos não têm as mesmas oportunidades, ressaltando que a realidade é outra. A Sr.^a Giovanna interrompeu para anunciar que a reunião deveria ser encaminhada para o final.

A Sra. **Rosângela Teixeira** (NEV - USP) se apresentou e relatou sua experiência no Conselho da Comunidade, espaço onde se sentiu excluída junto com vários outros conselheiros. Ela mencionou casos de proibições durante a gestão de 2018/2019 e denunciou que, por decisão pessoal da presidente da época, a convocação dos 15 mais votados foi anulada sem justificativa adequada, apenas informando por e-mail que participariam apenas de reuniões futuras. Assim, criticou a postura de impedir a entrada de pessoas egressas nos Conselhos de Comunidade, citando casos específicos de pesquisadores e militantes movimentos sociais. Enfatizou a importância de ver o conselho funcionando corretamente.

No momento em que a Sra. Rosângela leu uma parte de uma ata pública do Conselho, a Sra. Vera Lúcia solicitou questão de ordem. No entanto, por ser um documento público e, em respeito a fala de Rosângela, o pedido não fora acatado.

Quando teve a palavra, a Sra. Vera Lúcia discordou de Rosângela e mencionou que na época [2018/2019], havia uma lei que proibia o acesso, no conselho, de pessoas com vínculos



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENADORIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Política de Atenção às Pessoas Egressas e Seus Familiares

Grupo de Trabalho sobre a Política Municipal para a População Egressa e Familiares

com presos e presas. Em seguida, o Sr. Rodrigo comentou ter acompanhado algumas falas e destacou a importância do diálogo e organização para resolver essas questões. Ele enfatizou que a atual gestão cumpre rigorosamente com todas as obrigações legais, sem abrir exceções ilegais.

Com a reunião já esvaziada, Giovanna encerrou agradecendo a presença de todos.